

A monarquia de Alexandre até 323 a.C.: companheirismo, tradições e desconfiança na corte macedônia

Beatriz Aires Fernandes Cunha¹

Submetido em: 09/10/2020

Aceito em: 19/11/2020

Publicado em: 09/12/2020

Resumo

O presente artigo possui o intuito de analisar como Alexandre, durante seus últimos anos de vida, operou de modo a construir uma monarquia pessoal correspondente a seu novo império, e como este foi, ao mesmo tempo, um dos principais causadores do distanciamento de grande parte de sua corte e das estruturas tradicionais macedônias. Essa discussão, assim, se concentra em torno da estrutura e do papel diferencial da corte macedônia nas dinâmicas políticas do império alexandrino, bem como no ambiente desenvolvido em seu interior, caracterizado por constante desconfiança entre o *basileus* e seus círculo de oficiais.

Palavras-chave: Alexandre, monarquia, corte, legitimação, desconfiança.

Abstract

This article intends to analyze how Alexander, during his final years, worked to build a personal monarchy to his new empire, and how he was, at the same time, the major cause of the consequent withdrawal of his court and traditional Macedonian structures. This discussion, therefore, focuses on the structure of the Macedonian court and its special role in the political dynamics of the Alexandrian empire, and also on the environment created within it, often marked by constant distrust between the *Basileus* and his circle of officers.

Keywords: Alexander, monarchy, court, legitimation, distrust.

¹ Mestranda, UNB.

1. A basileiae a sociedade de corte de Alexandre

Durante os anos finais de sua jornada, Alexandre havia desencadeado mudanças radicais em sua política e conduta que viriam a comprometer e modificar profundamente as estruturas monárquicas macedônicas. Buscando inicialmente expandir o legado de seu pai, Filipe II, o macedônio iniciou em 334² o que viria a ser uma longa era de batalhas para os macedônios³, que se estenderia por décadas após sua morte.

Um dos mais importantes elementos herdados do reinado de Filipe foram os membros da nobreza macedônia – e de regiões adjacentes –, que representavam um componente essencial na efetivação dos planos do rei e que continuaram acompanhando Alexandre após a morte de seu pai. Com as reformas militares promovidas por Filipe II, a monarquia macedônica foi acrescida de uma estrutura política cuja organização buscava principalmente estabelecer vínculos que contribuiriam para a expansão dos domínios do rei e para a legitimação de sua autoridade. Além disso, a profissionalização do exército e as alianças estabelecidas por ele possibilitaram não somente a expansão do império macedônico pelo Egeu, mas também a anexação do Império Persa por Alexandre posteriormente, embora várias ressalvas possam ser feitas em consideração a esta última.

Essa mesma estrutura, contudo, ao mesmo tempo em que conferia poder ao rei, era permeada por fatores que limitavam e moldavam as suas ações. A corte macedônica compunha um complexo núcleo de relações interpessoais entre o monarca e seus representantes mais próximos, no

² Todas as datas citadas no corpo do texto, exceto àquelas que compõem as referências bibliográficas, são pertencentes ao período antes de Cristo (a.C.).

³ A expedição de Alexandre deu início não apenas à subjugação do império persa por meio da força, mas também a um ciclo bélico no qual o exército macedônico seria envolvido pelos próximos anos, e estendido por seus generais por um longo tempo após a sua morte. A constante retirada de recursos humanos e financeiros da Macedônia acarretaria consequências infelizes para o rei, como será argumentado posteriormente neste capítulo. Para uma discussão mais aprofundada a respeito deste assunto, ver: BOSWORTH, A. "Alexander the Great and the Decline of Macedon". **The Journal of Hellenic Studies**, vol. 106, 1986, pp. 1-12.

qual eram estabelecidas relações políticas e práticas sociais e culturais indispensáveis à construção e manutenção do poder da *basileia*. Tal relação é assim explicada por Herman:

Dentro da corte eram tomadas decisões que deram forma ao destino do reino, e dentro da corte eram encontrados os grupos mais formidáveis tanto dos aliados do rei como dos seus oponentes. Desta forma era imperativo que qualquer rei que desejasse reinar com êxito devesse ter um bom entendimento da estrutura da corte e de suas leis não-escritas, e que devesse, sobretudo, se manter atento às relações mutáveis de poder entre suas várias seções. A corte era o meio social imediato do rei, e exercia a influência mais forte sobre sua personalidade e ações⁴.

Assim sendo, Herman situa a corte como sendo não apenas um aparato de legitimação e autoridade para o rei, mas também o elemento central das relações políticas deste sistema⁵. As decisões tomadas pelo monarca com relação às dinâmicas pertinentes a esse meio, bem como sua habilidade para negociação e diplomacia, definiriam a manutenção de seu poder, bem como, por vezes, a continuidade de seu legado.

⁴ HERMAN, G. The Court Society of the Hellenistic Age. In: CARTLEDGE, P.; GARNSEY, P.; Gruen, E. **Hellenistic Constructs: Essays in Culture, History and Historiography**. Londres: University of California Press, 1997, pp. 199-224, v. p. 200.

⁵ HERMAN, *op. cit.*: Em seu trabalho, Herman faz uso do conceito de corte desenvolvido por Norbert Elias, como “um sistema de relações de poder estruturado por leis não-escritas prescrevendo um comportamento específico, tanto para o governante quanto para o cortesão desejoso de fazer parte dele”. A sociedade de corte, dessa maneira, deve ser analisada como um fenômeno antes sociológico do que histórico (1997, p. 206), sendo assim possível associar suas estruturas e características a diferentes contextos históricos. Esta ideia tem ganhado espaço na historiografia, uma vez que se observa as dinâmicas políticas e sociais entre o rei e os membros de seu meio social, bem como as complexas cadeias de ações provenientes dessas relações. Sobre o assunto, ver também: SPAWFORTH, T. “The court of Alexander the Great between Europe and Asia”. In: SPAWFORTH, T. (Ed.). **The Court and Court Society in Ancient Monarchies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 82-120.

1.1. A organização da corte macedônica e seu desenvolvimento sob Alexandre

A corte de Alexandre era composta por homens de duas gerações distintas – sendo estes em parte “herdados” do reinado de Filipe II, em parte designados pelo próprio rei durante o período em que esteve no poder –, agregando importantes aliados políticos cujas funções eram distribuídas hierarquicamente, em sua grande maioria associados a posições militares. Os *somatophylakes*, os *hetairoi*, ou companheiros, e o círculo político mais próximo do rei, os *philoï*, se destacam como personagens influentes durante a época de Alexandre e nos eventos após a sua morte. Para compreender tal estrutura, dessa forma, é necessário discorrer brevemente a respeito desses segmentos da corte.

Sob a denominação de “guardas pessoais”, os *somatophylakes* constituíam os sete nobres mais próximos do rei, escolhidos para acompanhá-lo e protegê-lo. Apesar de o nome indicar que sua função principal era escoltar e proteger o rei, os *somatophylakes* recebiam diferentes atribuições, de acordo com as circunstâncias e as designações deste último. As fontes usam esse termo para se referir a diferentes oficiais, indicando por vezes membros dos *basilikoipaides* (pajens reais), e ocasionalmente os membros da *ágema* (guarda) da infantaria. O termo é muito mais frequente em Arriano, na maioria das vezes se referindo aos *Basilikoi Paides*, embora, em algumas ocasiões, associações sejam feitas a membros de elite da infantaria⁶; em Diodoro, a nomenclatura também é usada para abordar a instituição dos *basilikoipaides*: “Da Macedônia também vieram cinquenta filhos dos amigos do Rei, mandados por seus pais para servi-lo como guarda pessoal” (ἐκ δὲ τῆς Μακεδονίαστῶν φίλων τοῦ βασιλέως υἱοὶ πεντήκοντα πρὸς τὴν σωματοφυλακίαν ὑπὸ τῶν πατέρων ἀπεσταλμένοι) (17.65.1).

⁶ HECKEL, Waldemar. **The Marshals of Alexander's Empire**. Londres e Nova York: Routledge, 1992, p. 217: isso pode ser explicado, provavelmente, pelo fato de que a principal fonte deste autor, Ptolomeu, foi um dos membros deste grupo – ele mesmo sendo citado diversas vezes nestas mesmas passagens (Arr. *Anab.* 3.6.6; 3.27.5; 4.8.9; 4.13.7; 4. 15.8; 4.16.2; 4.21.4; 4.29.1; 5.13.1; 6.28.4; 7.3.2; 7.4.6).

As discussões acadêmicas mais recentes apontam que, a julgar pelas indicações das fontes⁷, muitos dos *somatophylakes* advinham dos *basilikoipaidēs*, embora não necessariamente a mesma lógica se aplicasse a todos os casos⁸, visto que alguns deles advinham de fora desse círculo ou eram escolhidos após esse período de educação; também o cargo era vitalício, ou seja, uma vez que esses sete oficiais eram escolhidos, dificilmente a sua posição era substituída, a não ser em circunstâncias extraordinárias⁹. A maioria deles, no entanto, tinha em comum a característica de descender de famílias nobres e influentes, fossem da Macedônia, ou de regiões adjacentes importantes para os domínios do rei.

Desse modo, as características desse grupo apontam que o seu principal objetivo era antes político e social do que militar: ao selecionar seus guardas de elite a partir das famílias mais influentes do reino, o rei não somente prestava respeito a suas linhagens nobres, ao mesmo tempo em que provavelmente difundia rivalidades em potencial¹⁰. Assim, os *somatophylakes* eram em tese incumbidos de serem os protetores mais próximos do rei, porém na prática a sua principal função era firmar alianças

⁷ Tal instituição já era regular durante o reinado de Filipe II (provavelmente tendo sido instituída por monarcas anteriores a ele): os filhos dos nobres eram enviados para a cidade de Pella, onde seriam recrutados para servir ao rei e cumprir funções diversas, incluindo o dever de proteção (Arr. *Anáb.* 4.13.1); após anos de treinamento, estes jovens nobres passavam a ocupar cargos de confiança e posições de liderança dentro da corte e do exército. Esta prática advém provavelmente da tradição persa, ao que indica Xenofonte: “Pois todos os filhos dos mais nobres persas eram educados na corte do rei (...) e assim desde o início da juventude eles aprendiam a governar e a ser governados”(πάντες γὰρ οἱ τῶν ἀρίστων Περσῶν παῖδες ἐπὶ ταῖς βασιλέως θύραις παιδεύονται... ὥστε εὐθύς παῖδες ὄντες μανθάνουσιν ἄρχειν τε καὶ ἄρχεσθαι) (1.9.3-4). Para mais informações a respeito, ver: HECKEL, *op. cit.*, 1992, pp. 218-224; THOMAS, C. **Alexander the Great in his World**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007, p. 146; SEKUNDA, N.; McBRIDE, A. **The Army of Alexander The Great (Men at Arms Series)**. Londres: Osprey Publishing, v. 148, 1992, pp. 7-8.

⁸ HECKEL, *op. cit.*, 1992, pp. 218-219.

⁹ Aparentemente, um oficial poderia deixar de ser um *Somatophilax* em casos de aposentadoria (ou morte), má conduta, ou mesmo quando era apontado para um cargo de governo – no caso de Peucestas, por exemplo, quanto este é apontado como governante de uma satrapia (Arr. *Anáb.*6.30.2).

¹⁰ KING, C. “Macedonian Kingship and Other Political Institutions”. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. (Eds.). **A Companion to Ancient Macedonia**. Malden, Oxford e Chichester: Wiley-Blackwell, 2010, pp. 373-391, p. 381.

importantes para a *basileia*, bem como servir como auxiliares do rei nas tarefas mais distintas. Em seus últimos anos de vida, Alexandre passou a fazer uso cada vez maior desse restrito grupo¹¹, com fins geralmente políticos, a despeito de sua designação oficial como escolta real.

Igualmente importante, porém notavelmente maior, era o grupo dos *hetairoi* (companheiros). Constituindo um grupo militar de elite, esses oficiais estavam entre aqueles cuja atuação se destacava dentro das unidades da cavalaria, e que como recompensa ocupavam posições privilegiadas no exército e na corte; o título se aplica também a alguns soldados de infantaria (*pezhetairoi*), embora seja mais frequente no primeiro grupo. Os *hetairoi* eram os que de fato detinham a responsabilidade de escoltar o monarca, principalmente em combate, uma vez que eram eles os que geralmente estavam próximos ao rei no campo de batalha. As fontes por vezes misturam as funções aplicadas aos *hetairoi* e aos *philoí*¹², porém isso pode ser explicado pelo fato de que esses mesmos autores escreveram seus trabalhos tendo como exemplos contemporâneos reinos helenísticos como Egito e Síria, onde tais grupos possuíam características e funções diferentes¹³. Dessa forma, o mais plausível é que os *hetairoi* fossem um grupo de origem militar, cuja zona de atuação muitas vezes se estendia para além dos campos de batalha: existem diversas indicações nas fontes de que uma parte desse grupo, muitas vezes, formava um corpo consultivo do rei, bem como uma assembleia cujo objetivo evoluiu desde disseminar informações e angariar

¹¹ Durante os seus anos finais, os *somatophylakes* de Alexandre eram oito: Leonato, Lisímaco, Hefestion, Aristono, Pérdicas, Ptolomeu, Piton e Peucestas. No caso deste último, nota-se uma quebra de protocolo e uma exceção ao padrão característico a este grupo, uma vez que Peucestas recebeu tal nomeação graças a sua atuação no Punjab em 325 onde, segundo Arriano, ele havia protegido o rei, seriamente ferido na ocasião (*Anab.* 6.10; 6.30); quanto a Hefestion, após a sua morte em 324, nenhum outro oficial foi apontado para substituí-lo.

¹² Arriano usa o termo *hetairoi* com muito mais frequência (*Anáb.* 1.25.1, 2.16.8, 7.4.4, por exemplo), enquanto Diodoro dá preferência para *philoí* (como em 17.57.1, 18.2.2, 18.36.5). No entanto, como será discutido a seguir, os dois grupos possuíam características distintas, embora compartilhassem funções em comum.

¹³ KING, *op. cit.*, p. 382.

apoio moral a até mesmo casos em que o exército poderia apresentar demandas mais independentes.

Ademais, a classe dos *hetairoi* era formada em grande parte por macedônios, embora não exclusivamente por eles. Evidências mostram que Alexandre admitia gregos (Arr. *Anab.*7.4.6) e também persas (Plut. *Alex.* 47.3) em meio a esse seletto círculo. Um caso de destaque é um de seus mais extraordinários generais, Eumenes: nativo da cidade de Cárdia na Trácia e de origem não nobre, Eumenes fora agregado à corte de Filipe II como secretário real (Plut. *Eum.* 1.4), tendo tomado parte na expedição de Alexandre nos anos seguintes; durante esse período, sua carreira entraria em ascensão e ultrapassaria o âmbito burocrático/diplomático quando ele foi por fim recompensado com o comando de uma unidade de cavalaria após a captura de uma cidade na Índia em 326 (Plut. *Eum.* 1.5; Arr. *Anáb.* 5.24.6; Q.C. 9.1.19).

Finalmente, resta-nos a classe dos *philo*i (amigos) de Alexandre. Como já mencionado anteriormente, as fontes muitas vezes atribuem as duas nomenclaturas (*hetairoie philoi*) a membros do mesmo grupo. Isso é compreensível, uma vez que as duas classes possuem de fato características e por vezes funções em comum, porém existem algumas diferenças que são relevantes. Enquanto os *hetairoi* formavam um grupo maior e mais abrangente, de origem exclusivamente militar (fossem macedônios ou não), os *philo*i constituíam um grupo menor e mais seletto, cujos membros ocupavam cargos de confiança conferidos pelo rei, bem como compunham seu Conselho interno; após a morte de Alexandre, uma boa parte destes oficiais tomaria parte na divisão do império, assumindo o comando de importantes regiões.

Ainda, embora a maioria dos *philo*i fossem também *hetairoi*, acumulando, assim, funções militares além de políticas, essa não era necessariamente uma regra a ser seguida. Isso pode ser evidenciado pelo exemplo de Heféstion. As fontes jamais mencionam Heféstion como comandante de quaisquer forças militares até a morte de Filotas em 330, quando esse passa a assumir a posição do falecido general à frente de sua cavalaria

(Arr.4.16.2; Q.C. 8.11). Ainda, Heféstion nunca é mencionado como um dos *hetairoi*, mas sim como *philalexandros* (amigo de Alexandre)¹⁴, o que evidencia sua proximidade com o rei, implicando um envolvimento não só de natureza pessoal, mas também política e diplomática, uma vez que o general é designado diversas vezes para missões desse tipo.

Assim sendo, esses três segmentos compunham o maior círculo de influência dentro da corte de Alexandre. A maior parte dessa estrutura foi herdada, evidentemente, de reinados anteriores ao dele – principalmente de Filipe II, responsável por estabilizar e profissionalizar o exército, essencial para o funcionamento da monarquia e para a expansão do império; todavia, essas configurações seriam profundamente afetadas durante e após a expedição da Ásia. Não obstante, o objetivo da discussão a respeito desses três grupos é demonstrar que a *basileia*, à época de Alexandre, possuía um caráter complexo e organizado em diversas instâncias a despeito da ausência de aparatos burocráticos presentes em outros tipos de sistemas anteriores ou contemporâneos a ela, por exemplo.

Sistemas como a monarquia macedônica, segundo Herman, são discernidos pela forma como administram o poder: organizações tais como essa, na qual o poder é concentrado nas mãos de um rei e seu séquito, são evidentemente diferentes de formações nas quais o poder é disseminado dentro de um grupo mais amplo, sendo seu exercício regulado por regras e leis explicitamente formuladas – como a república romana e a democracia ateniense, no caso deste último tipo de organização¹⁵. A afirmação do autor é interessante, pois tal inferência nos permite concluir que o sistema político do império macedônico era organizado de tal forma a lidar com a concentração de poder do rei, ao mesmo tempo em que procurava meios de se estabilizar e firmar alianças e mecanismos que possibilitassem a continuidade e a legitimação de sua liderança.

¹⁴ O termo pode ser verificado em Diodoro (17.46; 17.114) e Plutarco (*Alex.* 47.10), por exemplo.

¹⁵ HERMAN, *op. cit.*, p. 206.

2. Os *philoie* o império alexandrino

Pode-se dizer que a Babilônia era sustentada por três bases principais: o rei, a corte e o exército. Esses três elementos, evidentemente, eram dependentes entre si: tendo sido educados desde a juventude para tornarem-se oficiais de elite, tanto o rei quanto os nobres presentes em seu séquito acumulavam, muitas vezes, funções políticas e militares. Dessa forma, a manutenção da unidade imperial, sobretudo após a expansão dos domínios macedônios por Filipe II e Alexandre III, dependia da habilidade do rei em manter o equilíbrio nas relações com os outros dois setores. Contudo, isso não revelava ser uma tarefa fácil, considerando a instabilidade característica a esses meios.

Os *philo* do rei compunham o círculo mais prestigiado dentro dessa estrutura. Eram eles os homens mais próximos dele, privilegiados por seu nascimento, em sua maioria, e pelas posições de comando acumuladas, fosse por sua influência política, fosse por seu sucesso no campo militar. Consequentemente, o destino do império de Alexandre após a sua morte seria decidido por esses mesmos nobres, divididos entre as circunstâncias peculiares sob as quais se encontravam e as suas próprias ambições pessoais.

A corte de Alexandre, como mencionado anteriormente, era composta por homens de gerações distintas. Primeiramente, havia aqueles aliados oriundos do reinado de Filipe II. Esses oficiais, mais velhos e experientes, eram, a primeiro momento, cruciais para a legitimação do poder de Alexandre. Isso porque, após o assassinato de Filipe, Alexandre viu sua posição como sucessor seriamente ameaçada por alguns oficiais que poderiam tanto se opor à sua sucessão – a exemplo de Parmênio, um dos generais mais influentes e poderosos de Filipe¹⁶ – quanto garanti-la.

¹⁶ Parmênio era, de fato, o general mais valorizado de Filipe. Além de pertencer a uma nobre linhagem macedônia (Arr. 3.11.10), Parmênio também ocupava uma das posições mais influentes na corte, sendo provavelmente o principal general de Filipe (Q.C. 4.13.4; Just. 12.5.3). De fato, a importância de Parmênio para este último se torna evidente quando este supostamente afirma que, enquanto os Atenenses poderiam considerar-se com sorte ao eleger dez generais todo ano, ele

A “nova corte” de Alexandre, contudo, só adquiriu verdadeira autoridade e influência com a expedição da Ásia. Considerando que boa parte da legitimação política e militar de Alexandre era fruto não de suas próprias conquistas, mas das conquistas de seu pai, amplamente reconhecidas entre os macedônios, a ascensão de Alexandre sofreu, de início, com diversas limitações. Dentre elas, estavam as posições inicialmente atribuídas a seus *philoí* mais jovens: muito inexperientes e ainda pouco prestigiados à ocasião da coroação de Alexandre, esses jovens generais, escolhidos por Alexandre para acompanhá-lo em seus empreendimentos, precisaram pacientemente construir suas carreiras de modo a adquirir mais autoridade e legitimação na corte e no exército. Sobretudo, seriam esses mesmos generais, a julgar pelo treinamento de vários deles como *syntrophoi*¹⁷ do rei, os que futuramente comporiam seu Conselho, bem como boa parte deles se transformaria, após sua morte, em seus futuros “Sucessores”.

2.1. O distanciamento entre Alexandre e os macedônios

Os companheiros de Alexandre, teoricamente mais próximos e leais à sua pessoa, não estavam livres de separações e conflitos de interesses ao

havia encontrado apenas um em muitos anos: Parmênio (Ἀθηναίους μὲν οὖν μακαρίζειν ἔλεγεν, εἰ καθ’ ἕκαστον ἐνιαυτὸν αἰρεῖσθαι δέκα στρατηγούς εὐρίσκουσιν αὐτὸς γὰρ ἐν πολλοῖς ἔτεσιν ἓνα μόνον στρατηγὸν εὐρηκέναι, Παρμενίωνα) (Plut. *Apophth. Phil. 2 = Moralia. 177c*). Após a aclamação de Alexandre como rei, Parmênio prova sua lealdade ao permitir Átalos, um dos maiores opositores de Alexandre, fosse executado (Diod. 17.2.4-6; 5.1-2); tal aliança, no entanto, teria tido um custo alto para o jovem rei: após a sua coroação, Parmênio não apenas mantém a sua posição anterior de segundo em comando, como também seus filhos adquirem cargos importantes no exército de Alexandre (Plut. *Apophth. Phil. 28 = Moralia. 179b*). Isto demonstra, por um lado, que Parmênio foi por bastante tempo uma figura ameaçadora para Alexandre, considerando o cuidado tomado por este ao satisfazer os interesses do general e sua família, estabelecendo assim uma aliança segura por anos, que seria quebrada somente após o caso de Filotas (as implicações deste evento serão discutidas aqui posteriormente).

¹⁷ A tradição macedônia indica que os filhos dos nobres macedônios fossem educados e treinados em Pela juntamente com o filho do rei. Dessa forma, estes jovens nobres seriam treinados para formar o séquito do futuro herdeiro, objetivando assumir importantes cargos administrativos e militares futuramente. Para definições mais completas a respeito dos *Syntrophoi* na corte macedônia, ver: THOMAS, *op. cit.*, pp. 132-158.

longo de sua expedição. À medida que ele avançava na conquista do império persa, notava-se um crescente distanciamento dos seus tradicionais companheiros. Certamente, suas ordens ainda eram acatadas por seus aliados e soldados, uma vez que ainda existiam aqueles que permaneciam fiéis à sua pessoa. Porém, a ruptura entre os interesses do rei e os de muitos de seus compatriotas era significativa, o que constituiria um elemento notável diante da morte prematura do rei na Babilônia e dos acontecimentos que a seguiram, como será discutido nos próximos tópicos. Isso se justifica em parte pela inabilidade do rei, em diversas ocasiões, em satisfazer os interesses de seus aliados e do exército, e em parte por suas tentativas cada vez mais frequentes em se aproximar dos costumes e instituições persas – a assim chamada “orientalização” de Alexandre. Somado a isso, a situação política na Ásia e na Grécia, bem como a mudança no comportamento de Alexandre e a conseqüente reação negativa do exército, tiveram uma relação direta com esse crescente cenário de discórdia.

A perda gradativa da legitimidade do rei pode ser evidenciada pelas reações do exército ante o seu comportamento cada vez mais autocrático. Após 330, tendo obtido vitórias consecutivas em Granico, Isso e Gaugamela, seguidas pela morte de Dario, Alexandre passou a ter que lidar com a resistência do exército e prosseguir com sua expedição. Exaustos e longe de casa, os soldados se mostravam resistentes aos recursos utilizados por Alexandre, os quais se tornavam cada vez mais ineficazes: temendo perder o apoio de seus compatriotas com relação a seus planos, Alexandre procurou motivar seus homens por meio de um discurso sobre a importância de seguir adiante de modo a evitar que os persas os atacassem e reassumissem o controle (Plut. *Alex.* 47. 1-2); a despeito da afirmação do autor de que após o discurso proferido o exército tenha apoiado em sua maioria a iniciativa do rei, é interessante ressaltar que um bom número de soldados recebeu sua permissão para retornar. Isso denuncia, por sua vez, uma situação delicada que pôde ser controlada, por ora, graças aos espólios adquiridos na capital do Império e em Susa, e aos mercenários gregos enviados por Antípatro em 331.

Alexandre teria de recorrer novamente a tais recursos quando, nos anos seguintes, o exército passou a se rebelar com mais frequência e a originar crises cada vez mais graves. Após a conquista das satrapias na Bactria e Sogdiana, os planos de Alexandre tornaram-se ainda mais severos: com o intuito de dirigir sua empreitada para a Índia, Alexandre deu início à integração de soldados iranianos às suas tropas, o que desagradou profundamente o exército macedônico. Após duras batalhas em uma terra hostil e desconhecida, que lhe proporcionaram a vitória sobre Poro e o controle de Taxila, o exército se recusou a ir adiante, rebelando-se em 326. O rei foi obrigado então a desistir de seus planos de cruzar o rio Hidaspes e retornar a Susa.

Esse desfecho, ademais, teria sido piorado pela infeliz decisão do rei em voltar não pela mesma rota, mas cruzando o deserto da Gedrosia, submetendo desnecessariamente seus homens à fome, sede e doenças, e provocando um grande número de mortes (Plut. *Alex.* 66; Diod. 17.105-165; Arr. 7.22-25; Q. C. 9.10.4-19). Apesar da “conduta magnânima” relatada por Arriano ao descrever os sacrifícios feitos por Alexandre em prol de seu exército durante a travessia desta região, despertando com isso empatia e encorajamento entre eles (6.26), é evidente que as provações sofridas durante essa marcha foram nada mais do que o fruto de um grande erro logístico, causando muitas baixas e custos desnecessários.

De fato, Alexandre dificultava cada vez mais a sua situação frente ao exército (e com isso, também aos oficiais da corte) ao pressionar seus homens a ir adiante, estando estes já há anos em campo de batalha. Mesmo os recursos materiais e o encorajamento do rei não foram mais suficientes quando, em 324, os conflitos de Alexandre com o exército atingiram seu momento mais delicado. Além disso, outro fator crucial contribuía fortemente para a insatisfação dos macedônios com Alexandre: a adoção de práticas persas pelo rei.

Em Susa, os oficiais se revoltaram com a chegada de jovens iranianos, os quais Alexandre intencionava recrutar como falangistas, a fim de substituir

um total de 10.000 veteranos (Diod. 17.109.1-3, 111.1-2; Q.C. 10.2.12-4.3; Plut. *Alex.*71.1-9;). Isso causou revolta entre eles, uma vez que os soldados a serem liberados se sentiram rejeitados pelo rei ante a perspectiva de serem substituídos por guerreiros persas, e aqueles que permaneceram se recusaram a ir adiante. Apesar de ter anunciado o pagamento de um talento para cada veterano dispensado, além de terem todas as suas dívidas pagas, os militares recusaram-se a submeter às ordens de Alexandre, condenando-o e proferindo gritos durante a assembleia.

As fontes, por sua vez, divergem quanto ao desfecho desse episódio. Segundo Arriano (*Anáb.* 7.8), Alexandre teria proferido um longo discurso em sua defesa e, após alguns dias, os rebeldes foram apaziguados. Para Diodoro e Quinto Cúrcio, no entanto, sua reação teria sido violenta, mandando executar os principais responsáveis pelo acontecimento e atribuindo cargos de responsabilidade a persas (17. 109. 3; 10. 2-3), fazendo com que a revolta dos macedônios se apaziguasse em meio ao receio perante a reação do rei. O que é interessante nesse ponto, no entanto, é o comportamento cada vez mais autocrático perante seus conterrâneos. À medida que Alexandre tentava estabelecer seu domínio no oriente, ele procurava cada vez mais incorporar os costumes e tradições persas a sua forma de agir e governar. A impotência momentânea dos soldados gregos ante a reação do rei ilustra claramente a mudança crescente no relacionamento deste último com seus companheiros:

Quis crederet saevam paulo ante contionem obtorpuisse subito metu? Et cum ad supplicium videret trahi nihilo ausos graviora quam ceteros, sive nominis, quod gentes, quae sunt sub regibus, inter deos colunt, sive propria ipsius veneratio, sive fiducia tanta vi exercentis imperium conterruit eos: singulare certe ediderunt patientiae exemplum adeoque non sunt accensi supplicio commilitonum, cum sub noctem interfectos esse cognossent, ut nihil omiserint, quod singuli magis oboedienter et pie facerent.

Quem teria acreditado que uma assembleia antes tão selvagem ficou paralisada pelo medo repentino, ainda mais quando eles viram que aqueles que haviam ousado nada mais sério do que o resto serem arrastados para a punição?... Fosse por veneração ao mero nome, uma vez que nações que vivem sob monarcas honram seus reis assim como aos deuses, ou pela veneração particular pelo próprio Alexandre, o qual exercia sua autoridade com tamanha força, paralisou a todos com terror; de qualquer forma, eles mostraram um notável exemplo de paciência, e estavam tão longe de se sentirem exasperados pela execução de seus companheiros de guerra [...], que houve não nada que eles não fizessem para que cada homem agisse com mais obediência e lealdade. (Q. C. 10.3.1-5)

Assim, nota-se que não apenas a forma de governar e lidar com a corte e o exército, mas também os novos hábitos incorporados pelo rei se tornaram uma constante fonte de descontentamento para muitos dos companheiros. A adoção parcial das vestimentas e das práticas persas, bem como os casamentos realizados em Susa em 324, nos quais o rei levou seus principais oficiais a se casarem com filhas de nobres persas – incluindo ele mesmo –, causavam constantes desavenças entre os gregos, uma vez que o luxo e a opulência persa feriam seus princípios e frequentemente lhes causavam constrangimento (Arr. *Anáb.* 7.8; Diod.17.108.1-3; Plut. *Alex.* 71.1).

Além disso, uma das maiores fontes de discórdia, quanto aos aspectos asiáticos do governo de Alexandre, foi sua deificação e o conseqüente ritual da *proskynesis*. A rigor, esse ritual consistia em uma genuflexão obrigatória perante o rei, a ser realizada por todos os seus súditos; posto isto, é compreensível a revolta dos gregos e macedônios ante tal intenção: sendo eles advindos de sistemas nos quais muitos deles conviveram e cresceram lado a lado com o rei desde sua juventude, e no qual um rei era aclamado mais por sua legitimação perante seus companheiros de armas do que por um direito hereditário, era evidente que uma grande resistência

surgiria mediante tal exigência.

A pretensão de Alexandre em ser reconhecido como divindade se revelou após a conquista do Egito, quando se dirigiu ao oráculo no oásis de Siva, e este teria se referido ao rei como “Filho de Amon”. É provável que tal exigência fosse um passo final na direção para a qual se voltavam seus pensamentos nos últimos anos¹⁸. Filipe II já havia sido cultuado religiosamente após sua morte, com uma estátua sua no templo de Ártemis em Éfeso (Arr. *Anáb.* 1. 17). Provavelmente, Alexandre foi além em suas ambições. A estada no Egito muito provavelmente contribuiu para tais acepções: a intenção inicial era, obter apoio e aceitação local, participando dos cultos religiosos¹⁹; contudo, o efeito psicológico ante a posição de Faraó e as honras divinas em sua homenagem marcaram uma reviravolta em sua trajetória: ao ser coroado, em 332, Alexandre tornava-se, pela tradição egípcia, “simultaneamente deus e rei, encarnação e filho de Ra e Osíris; ele era Hórus, o Dourado, o poderoso príncipe, amado de Amon, Rei do Alto e Baixo Egito”²⁰.

Consequentemente, vemos nessa medida mais um aspecto da monarquia pessoal e autocrática que Alexandre vinha construindo. Ao ser reconhecido como um deus, as ações do rei estariam acima de qualquer lei ou tradição, uma vez que ele próprio não poderia ser contrariado como uma divindade. A maior crise gerada por suas atitudes se deu na Bácia, em 327, quando Alexandre, trazendo persas, gregos e macedônios para sua corte, tentou persuadi-los a adotar igualmente o ritual da *proskynesis*. Isso obviamente levou a sérios desentendimentos, uma vez que houve um choque entre culturas e tradições absolutamente distintas.

Tais fatores não apenas contribuiriam para a fragilização da liderança de

¹⁸ WALBANK, F. W. **The Hellenistic World**. Cambridge e Massachusetts: Harvard University Press, 1993, p. 41.

¹⁹ GREEN, P. **Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A Historical Biography**. Berkeley, Los Angeles e Oxford: University of California Press, 1991, p. 269.

²⁰ GREEN, *ibidem*.

Alexandre, como moldariam o cenário político posterior à sua morte. Os planos de Alexandre, em dado momento, deixaram de ser comuns não só ao exército e aos *hetairoi* – saturados de uma dura e extensa campanha em um continente hostil e desconhecido – como também a boa parte dos seus *philoí*. Esse visível colapso de forças, no entanto, não se limitaria ao contexto militar, uma vez que as transformações iniciadas por Alexandre afetariam diretamente a relação entre a nobreza e o rei. Nos anos finais do reinado de Alexandre, a competição entre os generais pela proeminência política e a desconfiança mútua seria potencializada com a eclosão de mais uma crise: a morte de Heféstion.

2.2. Heféstion e a reorganização da corte

Sendo o *philos* mais próximo de Alexandre até a sua morte em 324, Heféstion é uma das figuras mais controversas desse cenário. O interesse a respeito do jovem general é, de uma forma geral, notável; geralmente focado em seu provável relacionamento amoroso com Alexandre, o assunto tem rendido, ao longo dos anos, uma extensa produção de estudos e hipóteses que variam desde investigações historiográficas, a produções literárias e cinematográficas de diversos tipos²¹.

Contudo, nenhuma dessas questões constitui o foco deste estudo em particular. A despeito das numerosas dúvidas e hipóteses que surgem a partir desse tema, o que se pode afirmar com certeza é que de fato existia

²¹ Em tais produções, é atribuída a Alexandre uma personalidade mítica e apaixonada e conseqüentemente, pouco condizente com a realidade em muitos pontos. Dentre elas, destaco aqui duas obras peculiares: o *blockbuster* dirigido por Oliver Stone, “Alexandre” (2004). A produção traz consigo o caráter mítico e romantizado associado a Alexandre por grande parte da literatura produzida ao longo dos séculos que, evidentemente, não corresponde em grande parte à realidade aqui estudada; no entanto tais obras não deixam de ser interessantes à sua maneira, sobretudo, na forma como salientam os relacionamentos amorosos de Alexandre. Não cabe aqui iniciar tal discussão, uma vez que meu objetivo consiste em observar as implicações políticas da relação entre os dois macedônios, e não seu envolvimento afetivo em si. Uma interessante discussão historiográfica a respeito deste assunto em particular pode ser observada em: SKINNER, Marilyn. Alexander and ancient Greek sexuality: some theoretical considerations. In: CARTLEDGE, Paul; GREENLAND, Fiona. **Responses to Oliver Stone’s Alexander: film, history and cultural studies**. Madison: University of Wisconsin Press, 2010, pp. 119-134.

um relacionamento bastante íntimo entre Heféstion e o jovem monarca. Dentre as várias referências que podem ser usadas para evidenciar tal assertiva, uma das mais interessantes se encontra em Diodoro²², quando este descreve o encontro entre Alexandre e as mulheres da família do então derrotado rei Dario III:

ὁ δὲ βασιλεὺς ἅμ' ἡμέρᾳ λαβῶν ἓνα τῶν φίλων τὸν μάλιστα τιμώμενον Ἡφαιστίωνα παρῆλθε πρὸς τὰς γυναῖκας. ἐχόντων δ' ἀμφοτέρων ἐσθῆτας μὲν ὁμοίας, τῷ μεγέθει δὲ καὶ κάλλει προέχοντος τοῦ Ἡφαιστίωνος ἢ Σισύγγαμβρις τοῦτον ὑπολαβοῦσα εἶναι τὸν βασιλέα προσεκύνησεν: διανευόντων δ' αὐτῇ τῶν παρεστώτων καὶ τῇ χειρὶ δεικνύντων τὸν Ἀλέξανδρον ἢ μὲν Σισύγγαμβρις αἰδεσθεῖσα τὴν ἄγνοιαν πάλιν ἐξ ἀρχῆς προσεκύνει τὸν Ἀλέξανδρον, ὁ δὲ βασιλεὺς ὑπολαβὼν εἶπεν μηδὲν φροντίσης, ᾧ μήτερ: καὶ γὰρ καὶ οὗτος Ἀλέξανδρός ἐστιν.

Então ao nascer do dia, o rei levou consigo o mais precioso entre seus Amigos, Heféstion, e foi até as mulheres. Ambos estavam vestidos similarmente, mas Heféstion era mais alto e mais belo. Sisungambris o tomou pelo rei e prestou-lhe reverência. Quando os outros presentes a enviaram sinais e apontaram para Alexandre com suas mãos, esta ficou envergonhada, mas prestou uma nova reverência a Alexandre. Ele, no entanto, a interrompeu e disse: “Esqueça, Mãe. Pois na verdade ele também é Alexandre” (17.37.5-6).

A despeito do tratamento dispensado à família real persa, a passagem “Pois ele também é Alexandre” (καὶ γὰρ καὶ οὗτος Ἀλέξανδρός ἐστιν) explicita não apenas a proximidade, mas também a natureza pessoal da amizade entre Alexandre e Heféstion: longe de ser apenas uma aliança política entre dois nobres macedônios, o vínculo entre os dois era tal qual a ponto de Heféstion ser descrito como parte do próprio Alexandre. De fato,

²² O evento também é descrito em: Q.C. 3.11.24-12.18; Just.11.9.12-16; Plut. *Alex.* 21; Arr. *Anáb.* 2.12.3-8. Pela tradição seguida por Arriano, Ptolomeu e Aristóbulo escreveram que Alexandre enviou Leonato às rainhas, mas ele próprio não as visitou; esta é também a versão seguida por Plutarco. A visita pessoal de Alexandre e Heféstion é atribuída a outra fonte, não identificada.

Heféstion é o único entre os *philoí* a ser descrito nas fontes como “amigo de Alexandre” *philalexandros*.

Tais referências merecem destaque, uma vez que, quando associadas à carreira de Heféstion na corte e no exército macedônico, tornam clara a natureza pessoal de sua influência na política. De acordo com Estrabão (Arr. Ind. 18.3), Heféstion nasceu na capital da Macedônia, Pela, tendo sido educado na corte de Filipe II juntamente com Alexandre. Durante a expedição de Alexandre, Heféstion é mencionado durante a chegada dos macedônios à cidade de Tróia (Plut. Alex. 15.7-9); ele não é descrito, no entanto, como um dos *philoíou hetairoi* – provavelmente pelo fato de que os historiadores já presumissem que todos conhecessem Heféstion como amante de Alexandre²³.

Observando a carreira de Heféstion após a batalha de Gaugamela, é possível notar que sua ascensão se deve muito mais ao seu relacionamento com Alexandre do que por seus méritos políticos ou militares: antes das substituições no comando das unidades da cavalaria feitas em 330, as funções dele eram basicamente político-administrativas. Até a morte de Filotas, Heféstion aparentemente não comandava nenhuma grande força militar independente; isto posto, observa-se que ele era não apenas detentor do apreço do rei, mas um grande manipulador de seu poder de comando²⁴. É bem possível, sendo assim que o nepotismo responsável pela posição de poder adquirida por Heféstion fosse em parte a razão do desagrado de alguns dos demais companheiros de Alexandre. A conspiração de Dimnos provou ser a oportunidade perfeita não apenas para Alexandre e seus *philoí*, que aparentemente viram nesse evento um pretexto para eliminar o incômodo Filotas²⁵, mas também para Heféstion,

²³ LENDERING, J. Livius: Cultuur, geschiedenis en literatuur, 2002, p. 1. Acesso em 08 de julho de 2017, disponível em Livius.org: <<http://www.livius.org/articles/person/hephaestion/hephaestion/>>.

²⁴ HECKEL, *op. cit.*, 1992, p. 60.

²⁵ A julgar pelo comportamento dos generais para como o caso de Filotas, nota-se que a maioria deles, ressentidos de sua posição privilegiada no exército, usou de sua influência para contribuir para a queda do filho de Parmênio (Plut. Alex. 49.8).

que revelou ser um dos maiores beneficiários da queda do filho de Parmênio: após a execução deste, Alexandre concede a Heféstion o comando de parte de sua unidade da cavalaria, que em breve ficaria inteiramente sob seu comando²⁶. Somando isso ao cargo de Quiliarca do rei, conferido a ele por Alexandre à semelhança dos reis persas²⁷, pode-se afirmar com certa dose de certeza que Heféstion se tornou, a partir de 330, o segundo homem mais importante do império, atrás do próprio rei.

Esse fato sozinho já seria suficiente para justificar as crescentes desavenças entre Heféstion e membros influentes da corte de Alexandre. Todavia, tais antagonismos transcendiam a usual competitividade entre os nobres macedônios. Com o crescimento da insatisfação macedônia quanto às ações impopulares de Alexandre, Heféstion tornava-se cada vez mais um indivíduo malquisto, sobretudo entre os oficiais mais conservadores. À medida que Alexandre avançava em suas políticas “orientalistas”, uma divisão entre os seus *hetairoi* fazia-se cada vez mais notável. Heféstion, por sua vez, não só apoiava abertamente tais políticas, como também era evidentemente o mais privilegiado por elas; ainda, o fato de este ser dado aos mesmos “excessos” de Alexandre com relação aos costumes persas²⁸, somado a seu comportamento cada vez mais arrogante e errático com relação a outras figuras importantes no reino, certamente fazia dele um indivíduo indesejável entre os demais generais. Sobretudo os crescentes desentendimentos com Crátero²⁹, um dos generais mais poderosos e, aparentemente, também um dos favoritos de Alexandre, tornaram a situação entre os generais cada vez mais delicada, exigindo intervenção direta do rei:

²⁶ HECKEL, *op. cit.*, 1992, p. 335; pp. 63-64: a pressão política exercida pelos demais *philoí*, bem como considerações militares, haviam impedido Alexandre de conceder a cavalaria inteira a Heféstion em 330. Tal situação mudaria em breve, após o escandaloso (porém conveniente) assassinato de Clito. Após este evento, a cavalaria seria novamente reestruturada, sendo seu comando inteiramente atribuído a Heféstion, como provavelmente era a vontade de Alexandre.

²⁷ Ver Capítulo 3, tópico 1.3.1: a Quiliarquia de Heféstion *versus* a Quiliarquia de Pérdicas.

²⁸ (Arr. *Anáb.* 7. 8); (Plut. *Alex.* 47.9)

²⁹ Ver Capítulo 3, tópico 1.2. Crátero: O Amigo do Rei.

διὸ καὶ πρὸς ἀλλήλους ὑπούλως ἔχοντες συνέκρουον πολλάκις, ἅπαξ δὲ περὶ τὴν Ἰνδικὴν καὶ εἰσχειῖρας ἦλθον σπασάμενοι τὰ ξίφη, καὶ τῶν φίλων ἑκατέρω παραβοηθούντων προσελάσας Ἀλέξανδρος ἐλοιδόρει τὸν Ἥφαιστίωνα φανερώς, ἔμπληκτον καλῶν καὶ μαινόμενον, εἰ μὴ συνίησιν ὡς, ἔάν τις αὐτοῦ τὸν Ἀλέξανδρον ἀφέλῃται, μηδὲν ἔστιν ἰδίᾳ δὲ καὶ τοῦ Κρατεροῦ πικρῶς καθήψατο.

Certa vez, durante a campanha da Índia, eles (Crátero e Heféstion) de fato sacaram suas espadas e começaram a se golpear, enquanto seus respectivos amigos se apressavam em ajudar, Alexandre se aproximou e abertamente repreendeu Heféstion, chamando-o de tolo e louco se ele não soubesse que sem Alexandre ele não era nada. (Plut. *Alex.* 47.11-12)³⁰

Todavia, a despeito das tentativas de apaziguar as rivalidades entre Heféstion e Crátero, atribuindo aos dois generais missões nas quais ambos estivessem separados, muito mais foi feito por Alexandre de modo a promover os interesses de Heféstion em detrimento de Crátero. Além de sua notável ascensão como comandante de uma hiparquia após a morte de Clito, os eventos das Bodas de Susa possivelmente esclarecem as intenções de Alexandre para com seu favorito.

Ao casar seus generais mais importantes com nobres mulheres persas em 324, o rei explora claramente a estratégia de estabelecimento de alianças políticas por meio de uniões matrimoniais³¹. Ele mesmo amplia suas conexões com o império persa, ao tomar para si como esposa a filha do falecido rei Dario III, Estatira (Plut. *Alex.* 70.3; Diod. 17.107.6; Just. 12.10.9–10; Arr. *Anáb.* 7.4.4). Exceto pela problemática união entre gregos e persas – uma clara fonte de desavenças desde o casamento de Alexandre com Roxana (Arr. *Anáb.* 4.19.4–20.4; Plut. *Alex.* 47.7; Q.C. 8.4.21-30) –, os eventos ocorridos nesta cidade representaram, para alguns dos *hetairoi* mais proeminentes de Alexandre, a inserção na nova estrutura do império

³⁰ Cf. Diod. 17.114.1-2.

³¹ Sobre os motivos políticos da união entre Alexandre e Roxana: Plut. *Alex.* 47.8; cf. Q.C. 8.4.25.

almejada por Alexandre, bem como a retribuição pelos serviços prestados durante a longa expedição da Ásia. Acima de tudo, as Bodas de Susa serviram para firmar a posição de Heféstion como segundo em comando, quando o rei lhe ofereceu em casamento ninguém menos do que a irmã de sua própria noiva, Dripetis. (Arr. *Anáb.* 7.4.5; Diod. 17.107.6).

Heckel³² interpreta esta decisão como um ato que oficializa a intenção de Alexandre em compartilhar o império com Heféstion³³. A julgar pela forma como Alexandre amplia a importância do cargo de Quiliarca sob Heféstion – o que não acontece com Pérdicas, por exemplo, quando este assume o ofício após a morte dele, como há de ser visto –, conferindo-lhe uma posição de autoridade e comando militar que se acumula às suas crescentes atribuições políticas e diplomáticas (ambas desproporcionais à sua experiência e competência), tal ideia faz absoluto sentido. Eu ousaria ir mais longe e assumir que, considerando a forma como Alexandre deixou o império após sua morte repentina, Heféstion não era apenas o parceiro escolhido pelo rei, como também um provável sucessor.

Contudo, é verdade que tal hipótese é difícil de ser comprovada, principalmente quando se leva em consideração que, após a inesperada morte de Heféstion em 324 (Diod. 17.110.7-8; Plut. *Alex.* 72-1-8; Arr. *Anáb.* 7.14.1-10; Just. 12.12.11-12), o comportamento de Alexandre torna-se cada vez mais errático e imprevisível, tornando a tarefa de compreender suas intenções quanto ao futuro de seu império extremamente complexa. Ainda, essa não deixa de ser uma possibilidade bastante plausível, uma vez que Alexandre não apresenta, até então, quaisquer outros planos com relação à sua sucessão.

Heféstion veio a falecer devido, ao que tudo indica, a seus excessos com relação ao consumo de álcool. O desgosto de Alexandre proveniente da

³² HECKEL, *op. cit.*, 1992, pp. 75-76.

³³ Tal ideia é reforçada por Arriano, ao relatar a principal motivação de Alexandre para a escolha das esposas: “pois ele desejava que seus filhos fossem os primeiros primos dos filhos de Heféstion.” (Δρύπετιν δὲ Ἡφαιστίωνι δίδωσι, Δαρείου παῖδα καὶ ταύτην, ἀδελφὴν τῆς αὐτοῦ γυναικός: ἐθέλει γὰρ οἱ ἀνεπιούσις τῶν παιδῶν γενέσθαι τοὺς Ἡφαιστίωνος παῖδας) (Arr. 7.4.5).

morte de seu amigo mais próximo foi impactante, trazendo consigo reais consequências para o império. Uma delas é, claramente, o crescimento das rivalidades entre os *philoí* remanescentes, muitos deles competindo entre si pelo posto de novo favorito do rei.

3. O ambiente hostil da “basileia” e a crescente desconfiança entre a corte de Alexandre

Os episódios destacados até então evidenciam também que as intenções de Alexandre se dissociavam progressivamente dos interesses de vários dos membros de seu círculo interno. Além da instabilidade do exército e da má recepção de suas políticas por boa parte de seus compatriotas, o rei ainda precisava defrontar-se com transtornos característicos à *basileia*: as conspirações.

Tendo ele próprio ascendido ao poder por meio de uma conspiração – tenha ele tomado parte nela ou não – contra seu próprio pai³⁴, Alexandre não era estranho às endêmicas maquinações no interior de sua corte. Na verdade, essas mesmas conspirações, fossem elas reais ou não, trazem

³⁴ BADIAN, Ernst. “Conspiracies”. In: BOSWORTH, Albert, BAYNHAM, Elizabeth. **Alexander the Great in Fact and Fiction**. Nova York: Oxford University Press, 2000, pp. 50-95. Cf. ANSON, Edward. **Alexander’s Heirs: The Age of the Successors**. Oxford: John Wiley and Sons Inc, 2014. Badian (*op. cit.*, pp. 54-64) acredita ser evidente que Alexandre tivesse participado ativamente da conspiração que resultou no assassinio de seu pai, uma vez que ele – com o evidente intuito de tomar o trono para si – tinha todos os motivos para querer eliminá-lo, ao passo que os filhos de Airopos, por não terem nenhuma possibilidade de aspirar ao trono macedônio, não teriam razões para tomar parte em tal ato a não ser que houvessem sido influenciados. Esta hipótese pode ser confrontada, por exemplo, pelo argumento de Anson (*op. cit.*, p. 13), que considera que a impossibilidade de ascensão ao trono dos responsáveis pela morte de Filipe constitui justamente a razão pela qual essa teria se dado por motivos pessoais, e não políticos, concordando assim, com Diodoro, que descreve o evento como o fruto de uma vingança pessoal arquitetada por Pausanias (17.95.3-94.4). Nenhuma destas ideias é desprovida de sentido. Por um lado, a hipótese de Badian, apesar de bastante ousada, considerando a natureza limitada das fontes, constitui uma excelente introdução à análise dos métodos políticos de Alexandre ao longo de sua breve carreira. Por outro lado, o argumento mais conservador de Anson encontra maior sustentação nas fontes. Esta contrabalança historiográfica é comum quando o assunto são conspirações no interior da *basileia*: não se pode confiar totalmente nos relatos das fontes, porém é sempre arriscado ultrapassá-las. Se Alexandre foi responsável pela morte de Filipe II ou não, portanto, ainda é uma questão em aberto, assim como tantas outras.

consigo aspectos reveladores a respeito dos métodos políticos tanto do rei, quanto de seus aliados.

Com efeito, as conspirações constituem uma faca de dois gumes para o *basileus*. Ele era, ao mesmo tempo, vítima e artífice desses eventos. Por um lado, é evidente que o número de relatos sobre tais conluios cresce exponencialmente a partir do período alexandrino; por outro, o estudo a respeito delas quase sempre se mostra problemático: a maioria das conspirações não pode ser completamente provada, uma vez que as fontes não provêm evidências suficientemente verossímeis ou livres de propaganda; no entanto, elas também não podem ser descartadas, uma vez que essas mesmas fontes indicam claramente a sua existência – ou ao menos a suspeita delas, bem como a investigação a respeito de tais coalisões são essenciais para compreender o funcionamento político da *basileia*.

É possível afirmar que tais aspectos foram notavelmente intensificados por Alexandre: em vida, o macedônio havia criado um ambiente no qual seus generais, ao invés de se tornarem demasiado poderosos para aceitar uma autoridade central, foram feitos demasiado fracos para assumir o controle na ausência desta³⁵. Ao fazer uso de tal estratégia, o rei se estabelecia em um perigoso cenário onde tanto a sua corte procurava manipulá-lo, quanto ele buscava manipular seus membros mais importantes. Badian³⁶ é bastante assertivo ao afirmar que conspirações nem sempre arruínam os reis, mas os fazem frequentemente mais seguros: em um regime autocrático, no qual o poder é mantido através da habilidade de maquirar contra seus próprios súditos, conspirações são frequentemente tidas como elementos necessários. Embora seja uma tática arriscada, sua probabilidade de sucesso, se levada em consideração a quantidade de poder concentrada nas mãos do monarca, é significativa – e

³⁵ HECKEL, W. "The Politics of Distrust: Alexander and his Successors". In: OGDEN, D. (Ed.), **The Hellenistic World, New Perspectives**. Londres: The Classical Press of Duckworth, 2002, p. 83.

³⁶ BADIAN, *op. cit.*, 2000, p. 51.

provavelmente, por essa mesma razão, ela esteja tão presente nesse tipo de sistema, mesmo após a sua morte.

Entretanto, é difícil dizer, no caso de Alexandre, quando tais conspirações eram genuínas, imaginadas, ou mesmo arquitetadas por ele. À medida que insistia em levar a cabo seus planos, contrariando seus conterrâneos tanto em seus princípios e tradições, quanto em seus interesses, Alexandre cultivava ao seu redor um terreno cada vez mais instável, no qual seus companheiros mais próximos se tornavam, ao mesmo tempo, ameaças em potencial.

Pode-se destacar aqui dois episódios nos quais a conduta errática e desconfiada do rei o levou a eliminar membros importantes de seu círculo político e social. O primeiro, e talvez o mais famoso, é o caso de Filotas. Filho de um dos generais mais próximos e influentes de Filipe II, Parmênio, Filotas era o comandante da cavalaria macedônia, ocupando um dos mais altos e prestigiados postos no exército. Em 330, ele foi acusado de negligência ao não reportar uma conspiração organizada por alguns soldados para assassinar Alexandre; após deliberações do rei e seus Amigos mais próximos, Alexandre é convencido por fim a ordenar a execução de Filotas, assim como de seu pai, Parmênio, que não estava envolvido no caso, mas nem tampouco podia ser considerado confiável (Arr. 3.27.3-4; Diod. 17.80.3; Plut. *Alex.* 49.13; Q.C. 7.2.11-32).

Existem muitas deliberações a respeito do caso de Filotas, dentre elas, o fato de que, após a sua execução, convenientemente, Alexandre pôde reestruturar a cavalaria, oferecendo a liderança a seus generais mais próximos, ao mesmo tempo em que eliminava Parmênio, uma antiga ameaça que provavelmente ainda o perturbava.

Em 328, Alexandre mais uma vez condena um de seus generais à morte, porém dessa vez, com consequências desastrosas para o rei. O assassinato de Clito, o Negro, evidencia não apenas a paranoia crescente do rei em relação a seus aliados, como também o distanciamento entre Alexandre e seus companheiros, bem como o crescimento do caráter

autocrático de sua realeza. Durante um banquete regado a álcool, Clito iniciara uma discussão com Alexandre, demonstrando sua insatisfação com relação às políticas do rei, que incluíam as suas políticas orientalistas, bem como a sua distribuição das satrapias entre alguns de seus generais. Alexandre então, descontrolado pela fúria e pelo consumo de vinho, avançou contra o general e o perfurou em seu peito com uma lança (Arr. *Anáb.* 4.8.1-9, Q.C. 8.19-51, Plut. *Alex.* 50-52). Após isso, Justino comenta que Alexandre causou medo e ressentimento entre seus amigos (12.6.12). Ele, dessa forma, se tornava cada vez mais inacessível aos seus homens mais próximos, que antes gozavam de certa autonomia e liberdade de opinião no interior do conselho do rei³⁷.

Dessa forma, vemos como Alexandre apresenta uma conduta de rompimento em relação à estrutura tradicional da *basileia* à medida que se aproxima cada vez mais dos aspectos autocráticos persas. No entanto, ao mesmo tempo em que o rei aspirava a sua autoridade pessoal e buscava legitimá-la, fosse por meio do triunfo militar, fosse por meio da adoção de novas políticas e alianças, também os seus futuros Sucessores buscariam garantir sua própria posição de poder dentro desse círculo. Para compreender esse processo, no entanto, faz-se necessário discutir alguns pontos essenciais sobre essas transformações.

4. Tradições rompidas e iniciadas

Segundo Shipley³⁸, nem a ascensão de Alexandre, nem a morte do último rei persa, ou mesmo a morte prematura do macedônio trouxeram transformações violentas na Macedônia ou na Pérsia: a maioria das características do período em questão, segundo seu argumento, já eram anteriores a Alexandre, como a “helenização” dos territórios conquistados, o ressurgimento de regimes monárquicos na Grécia, a expansão do

³⁷ KING, *op. cit.*, p. 383.

³⁸ SHIPLEY, G. **The Greek World after Alexander (323-30 BC)**. Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 39.

movimento migratório, e até mesmo comportamentos peculiares como a adoção de cultos orientais, ou o culto religioso a pessoas vivas³⁹.

Muitas tradições surgiram, ainda, posteriormente a Alexandre. É verdade, por exemplo, que os Diádocos foram capazes de estabelecer um sistema monárquico mais sólido e definido do que ele próprio. A conquista do império Aquemênida pelos macedônios, se estendeu, em muitos casos, de forma rápida e essencialmente militar, de modo que muitas estruturas e instituições políticas, sociais e culturais foram não só mantidas, como também resistiram, em muitos casos, ao domínio macedônico. De fato, durante sua expedição, Alexandre se limitou em muitos casos a posicionar guarnições militares nos territórios anexados e a substituir ou a submeter seus governantes, mantendo muitas vezes as mesmas estruturas e instituições anteriores, ou mesmo absorvendo muitos de seus aspectos e costumes. Em muitos casos, a conquista dos territórios da Ásia por Alexandre foi deveras superficial, submetendo diversos povos por meio da força bruta, porém deixando no processo vários territórios praticamente intocados⁴⁰.

Com isso, surgem algumas questões: Alexandre realmente iniciou ou rompeu alguma tradição? Qual foi a real relevância de seu reinado no desenvolvimento da *basileia* e dos posteriores reinos helenísticos? Para responder a essas perguntas, é necessário uma nova reflexão acerca das políticas do macedônio na Ásia no que diz respeito à sua busca por legitimação como soberano. Os “orientalismos” de Alexandre, já bastante criticados por seus contemporâneos com base em uma perspectiva greco-macedônica, podem na verdade indicar algo mais a respeito das intenções de Alexandre com relação à monarquia.

Fredricksmeyer defende que a monarquia de Alexandre na Ásia foi antes

³⁹ SHIPLEY, *op. cit.*, pp. 38-39.

⁴⁰ Em seus últimos anos de vida, Alexandre aparenta ter investido mais tempo administrando e buscando controlar as regiões conquistadas durante sua campanha. No entanto, evidentemente não houve tempo hábil para que mudanças concretas pudessem ter sido efetivadas ou mesmo, em muitos casos, a própria estruturação do domínio macedônico.

uma criação única sua do que uma tentativa de emulação ou sucessão do antigo Rei da Pérsia, Dario III⁴¹. Mediante uma extensa avaliação das políticas e comportamentos adotados por Alexandre, após sua vitória sobre o Grande Rei (Dario) e sua autoproclamação como Rei da Ásia (Plut.*A/ex.* 34.1), o autor sugere que ele teria buscado criar um tipo de monarquia autocrática que não mais se identificaria com estruturas puramente macedônias, nem tampouco seria uma reprodução ou adoção das condutas monárquicas persas. A atuação de Alexandre na Ásia, apesar de mal recebida por boa parte de seus conterrâneos, indica, em diversas ocasiões, uma tentativa por parte dele de construir – ou reinventar, com base em modelos anteriores – uma monarquia com características singulares, que por sua vez serviriam ao propósito de dominação de um império que não era nem totalmente grego, nem persa.

Diversos aspectos surgem como exemplo dessa possível construção. Um bom exemplo citado pelo autor é a própria proclamação de Alexandre como Rei da Ásia (βασιλεύς δὲ τῆς Ἀσίας) descrita por Plutarco (*A/ex.* 34.1). De acordo com ele, ao se identificar como Rei da Ásia, Alexandre tinha em mente uma posição mais abrangente do que Rei da Pérsia; ele não se via como um sucessor de Dario e sim, como soberano de um império do qual a Pérsia era apenas uma parte:

O significado preciso da afirmação de Plutarco em *A/ex.* 34.1 é difícil de se determinar, mas eu penso que há uma boa possibilidade de que ele intencionasse distinguir o Império Persa da Ásia. O “Império Persa” agora está morto (παντάπασιν ... ἐδόκει καταλελύσθαι), e Alexandre foi proclamado rei sobre suas terras, e potencialmente além do que os persas governavam, ou seja, a Ásia. Assim, Plutarco parece apontar que Alexandre não

⁴¹ FREDRICKSMEYER, E. “Alexander the Great and the Kingdom of Asia”. In: BOSWROTH, A.; BAYHAM, E. **Alexander the Great in Fact and Fiction**. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press, 2000, pp. 96-135, p. 166.

assumiu o controle sobre o Império Persa (pois ele não mais existia), mas o substituiu⁴².

Dessa forma, é possível que Alexandre tenha intencionado, após a conquista da Ásia, reinventar a *basileia* com aspectos bastante pessoais, que fossem mais compatíveis com o caráter expansionista de seu novo império. Assim, ao se apresentar como Rei da Ásia, ele não seria o sucessor de Dario III, mas estaria “absorvendo” seu império. O termo “βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας” não é um título específico e não está ligado a um território bem definido, nem tampouco descreve um determinado status; ele é, ao que parece, uma criação greco-macedônica, que não pode ser associado a um modelo Aquemênida anterior⁴³.

Quando nos deparamos com o comportamento e os costumes adotados por Alexandre e os analisamos sob essa ótica, o que se pode constatar é que ele não chegou a reproduzir em sua totalidade nem as características inerentes à *basileia* até então, nem tampouco as do Império Persa. Porém, o que ele aparenta ter tentado realizar era uma construção de um novo tipo de sistema monárquico que, mantendo a supremacia macedônica em várias esferas, fosse também capaz de agregar a natureza heterogênea do reino da Ásia, legitimando-se assim como um soberano de um domínio até então nunca existente.

Outros exemplos dessa construção podem ser identificados ao longo da carreira de Alexandre. A adoção do diadema, o estabelecimento de alianças, o uso e modificação de funções e estruturas advindas das instituições persas – como o quiliarca – e até mesmo as tentativas de incorporação de condutas e rituais persas, se encaixam nessa ótica da busca pela construção de uma nova monarquia pessoal.

Após a sua vitória em Gaugamela, Alexandre passou a usar o diadema

⁴² FREDRICKSMEYER, *op. cit.*, pp. 139-140.

⁴³ HAAKE, M. “Diadem und Basileus”. In: LICHTENBERGER, A.; MARTIN, K; NIESWANDT, H.-H.; DIETER, S. **Das Diadem der hellenistischen Herrscher**. Bonn: Verlag, 2012, pp. 293-312, p. 298.

(uma espécie de fita amarrada em sua frente, cujo uso teria sido também reproduzido pelos Sucessores, após estabelecerem seus reinados), um acessório que, ao que tudo indica, não era característico nem à indumentária greco-macedônia, nem à indumentária Aquemênida. Após a conquista do império persa, Alexandre usou o diadema até o dia de sua morte, o que indica que esse acessório pode ser entendido como um símbolo de sua realeza pessoal⁴⁴. Estudos também sugerem que Alexandre adotou o diadema no contexto de sua proclamação como *Basileus* da Ásia, e Haake define o seu uso como sendo uma criação situacional no momento de sua emergência, e que apenas manifesta sua vitória e poder após a vitória de Gaugamela⁴⁵. Além disso, o fato de Alexandre ter escolhido adotar um símbolo pessoal, nunca antes usado, após a conquista do império persa, e não a tiara vertical, que era o símbolo da monarquia persa, reforça a ideia de que Rei da Ásia não significava Rei da Pérsia⁴⁶, e que adoção de símbolos pessoais era mais um aspecto de sua busca pela construção de uma liderança pessoal diferente de seus precedentes.

A conduta política de Alexandre na Ásia também aponta, em diversos casos, para a criação de um novo tipo de estrutura autocrática. É interessante observar, assim, a forma como Alexandre buscou fazer uso de estruturas já existentes no império Aquemênida visando estabelecer uma estrutura de corte que atendesse as necessidades de controle e convívio político, social e militar. Já foi discutido anteriormente a ideia de que a corte macedônia havia se transformado, mais especificamente entre os reinados de Filipe II e Alexandre, numa poderosa instituição política e social, dentro da qual importantes decisões políticas eram tomadas e alianças eram formadas ou mantidas. Após a conquista da Ásia, essa instituição não só cresceu, como também incorporou, pelo que se pode extrair dos relatos, características da corte persa. Neste sentido, Spawforth

⁴⁴ HAAKE, *op. cit.*, p. 299.

⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁶ FREDRICKSMEYER, *op. cit.*, p. 142.

afirma:

O entendimento geral subjacente é que Alexandre desde o início possuía a intenção de manter suas conquistas na Ásia. Isto é demonstrado pela sua manutenção de estruturas persas de controle e exploração assim que o território persa começou a cair em suas mãos (Arr. *Anáb.* 1.17.1): isto é, quaisquer que fossem seus objetivos finais quando ele começou a invasão (da Ásia), ele estava conscientemente envolvido desde o início no que os historiadores modernos chamariam de “construção de um estado”. É nesse sentido que o papel da “corte” merece uma reavaliação⁴⁷.

É verdade, no entanto, que a perspectiva da *basileia* com base em uma visão de sociedade de corte pode gerar resistência, principalmente quando se considera que tal modelo sociológico tem sido até então associado a monarquias absolutistas modernas. Assim sendo, é válida a preocupação acadêmica com relação à aplicabilidade desse tipo de análise, tendo em vista possíveis anacronismos. No entanto, quando se admite o conceito de corte como uma estrutura sociológica construída em torno do rei e de seu círculo de convívio, e não tanto quanto uma instituição exclusiva aos regimes absolutistas, é possível obter uma maior flexibilidade, bem como uma análise mais específica do império macedônico. Detentora de importância militar, política e cultural, da qual adivinha não somente as decisões a respeito da administração do império, como também diversas práticas que visavam garantir a sua continuidade e a constante legitimação de um líder autocrático, a corte do rei era um sistema do qual a *basileia* era essencialmente dependente, sobretudo após a conquista dos domínios aquemênidas.

Analisando o reinado de Alexandre sob essa perspectiva, é possível constatar que ele recorreu não somente à lealdade e à disciplina militar, como também ao fortalecimento de práticas nessa corte de modo a

⁴⁷ SPAWFORTH, *op. cit.*, p. 82.

corroborar sua liderança autocrática. Em um dado momento da campanha da Ásia – provavelmente após a vitória sobre Dario em Gaugamela – Alexandre parece ter compreendido que seria praticamente impossível estabelecer um império sem obter o apoio das elites dos reinos subjugados. Existia, de fato, uma grande resistência por parte dos povos asiáticos em aceitar o domínio macedônico: em 329, após a batalha de Gaugamela, Alexandre teve de lidar com Besso, que havia não apenas assassinado Dario, como também se autoproclamado seu sucessor, assumindo o nome de Artaxexes e também, segundo algumas fontes, a tiara vertical característica ao Grande Rei (Arr. 3.25.3; Q.C. 6. 12-13; Diod. 17.74.2 e 83.7; Xen. 2.5.23; Plut. *Artax.* 26.4), provocando uma rebelião na Bácia (Arr. *Anáb.* 3.25.5-7; Q.C. 6.20-34; Diod. 78.1-4) e invadindo a região da Pártia (Arr. *Anáb.* 4.7.1); entre 327 e 325, Alexandre teve de lidar com insubordinações nas satrapias da Carmânia (Q.C., 9.10.21-29) da Susianae Paracetanai (Plut. *Alex.* 68.7); além disso, deve-se ter em mente as numerosas dificuldades em se estabelecer enquanto como de um império estrangeiro e totalmente alheio, quando não hostil, às tradições greco-macedônias. Alexandre provavelmente estava tão ciente de tais empecilhos quanto empenhado em superá-los. É difícil acreditar que seja uma coincidência que tenha sido justamente após a autoproclamação de Besso que Alexandre tenha adotado o título de Rei da Ásia, juntamente com o seu diadema; nesse ponto também, pode-se identificar uma crescente tendência a adotar costumes e vestimentas orientais, assim como em estabelecer uma rede de ligações com as classes dominantes das satrapias conquistadas⁴⁸, agregando tanto militares quanto nobres persas aos meios antes ocupados exclusivamente por seus conterrâneos.

A questão está justamente em determinar quais eram os objetivos de Alexandre ao introduzir indivíduos persas e seus costumes, ainda que parcialmente, em sua corte e exército. Trata-se de uma tarefa desafiadora

⁴⁸ Sobre a adoção das vestimentas persas e o apoio da nobreza: BOSWORTH, A. "Alexander and the 'Unity of Mankind'". In: WORTHINGTON, I. **Alexander the Great: a Reader**. Nova Iorque: Routledge, 2001, pp. 198-235, pp. 212-214.

determinar com algum grau de clareza o que ele tinha em mente com tais práticas. O que se pode afirmar, no entanto, é que essa conduta serviu como um recurso político no estabelecimento (e, provavelmente, adaptação) da *basileia* sobre os territórios conquistados na Ásia. Em contextos nebulosos como esse, nos quais as fontes são ao mesmo tempo escassas e permeadas pela propaganda e por perspectivas unilaterais, uma interpretação mais pragmática pode ser o mais indicado.

Não há reais indicativos de que Alexandre desejasse edificar um império no qual existisse algum tipo de “irmandade” entre gregos e persas⁴⁹. No entanto, a qualidade tendenciosa e, por vezes, escassa das fontes não implica a inexistência de políticas e mecanismos de governança criados ou adotados pelo rei. Da mesma forma, não se pode desconsiderar os indícios de que havia de fato uma sociedade que se formava dentro da *basileia*, e que passou a apresentar características cada vez mais acentuadas durante o reinado de Alexandre.

De acordo com Bosworth, a adoção de um protocolo de corte possuía um óbvio valor de propaganda⁵⁰. As mudanças trazidas por Alexandre, tanto na indumentária quanto na organização político-social do núcleo do império, possuíam o objetivo de se fazer reconhecer como soberano de toda a Ásia, frente à relutância de um considerável número de povos que o

⁴⁹ Existem diversos argumentos que procuram explicar os objetivos de Alexandre com relação à sua mudança de atitude no oriente, dentre elas a “política de fusão”, que aponta para uma suposta tentativa de formar um império no qual macedônios e asiáticos se uniriam, formando um novo império. Esta visão foi originalmente desenvolvida por Tarn, cujo trabalho foi amplamente influenciado pela retórica de Plutarco, em sua obra *Sobre a Fortuna e a Virtude de Alexandre* (BOSWORTH, *op. cit.*, 2001, p. 200). A teoria de Tarn foi posteriormente criticada e revisada por diversos historiadores que, por sua vez, apresentaram uma leitura mais crítica e, em alguns casos, menos passional das fontes. No entanto, a política de fusão e a suposta unidade almejada por Alexandre é tema constante de discussão acadêmica: BADIAN, E. “Alexander the Great and the Unity of Mankind”. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 7, n. 4, 1958, pp. 425-444; BADIAN, E. “Alexander the Great and the Loneliness of Power”. In: BADIAN, E. *Studies in Greek and Roman History*. Nova Iorque: Barnes and Noble, 1964, pp. 192-205; TARN, W. “Alexander the Great and the Unity of Mankind”. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*. Cambridge, v. 19, 1933, pp. 123-166; THOMAS, C. G. “Alexander the Great and the Unity of Mankind”. *The Classical Journal*, vol. 63, n. 6, 1968, pp. 258-260.

⁵⁰ BOSWORTH, *op. cit.*, 2001, p. 213.

viam apenas como um invasor estrangeiro. Os eventos, tradicionalmente interpretados como parte de uma “política de fusão”, teriam sido na verdade a forma que ele havia encontrado de lidar com a necessidade de estabelecer uma liderança autocrática legítima sobre os domínios subjugados. Isso não significa, no entanto, que o macedônio desejasse estabelecer uma relação de igualdade entre macedônios, gregos e seus novos súditos; na verdade, um aspecto que fica evidente a respeito das práticas adotadas por Alexandre é a forma como ele constantemente buscou manter os agregados persas em posições distintas – e geralmente subalternas – de seus companheiros.

Um exemplo dessa distinção pode ser encontrado ao observar as Bodas de Susa: geralmente interpretadas como o ápice de uma suposta política de fusão greco-pérsica, os casamentos contraídos por Alexandre, juntamente com seus Companheiros, foram eventos unilaterais, isto é, somente mulheres persas foram dadas em casamento aos macedônios, não havendo indícios do contrário acontecendo⁵¹. Ademais, a despeito da suntuosidade tipicamente persa predominante durante a celebração dos casamentos, é importante observar que os macedônios foram mantidos claramente separados dos persas, sendo estes dispostos nos círculos mais distantes do rei, enquanto aqueles dispunham dos lugares mais privilegiados, isto é, mais próximos ao círculo interior da corte. Após a batalha de Gaugamela, os sátrapas persas foram gradualmente removidos de seus postos e substituídos por oficiais macedônios. Isso demonstra claramente a natureza das relações almejadas por Alexandre em sua corte: ao contrário de uma “política de fusão”, o macedônio criou uma “política de subordinação”:

Não havia intenção alguma em misturar a nobreza macedônia com a nobreza persa, e se havia algo era a tentativa de mantê-los separados. Os macedônios em particular parecem ter sido designados enquanto raça dominante. Eram eles que monopolizavam os principais

⁵¹ BOSWORTH, *op. cit.*, 2001, p. 217.

comandos, civis e militares, eles casaram com as mulheres da aristocracia persa, eles dominavam a vida na corte. Mesmo quando Alexandre adotava o cerimonial persa os seus macedônios eram destacados como seus acompanhantes e seu quiliarca não era persa, mas seu querido amigo, Heféstion. Em contraste, além de uma elite pequena e cuidadosamente escolhida, os persas não detinham posição de poder na corte e os sátrapas iranianos foram inexoravelmente reduzidos em número à medida que o reinado progredia. O fator que dominava tudo era o conceito pessoal de autocracia de Alexandre. Do início de 332 até o fim de sua vida ele declarou ser o Rei da Ásia. Ele não reconheceu ninguém enquanto seu igual e todos como seus súditos⁵².

É claro que essas distinções não foram suficientes para evitar as reações revoltosas do exército macedônico. Fossem quais fossem as intenções do rei, ao adotar os costumes persas em sua corte, os *hetairoi* não pareciam estar dispostos a ir tão longe para legitimar sua supremacia, nem tampouco inclinados a compartilhar a perspectiva do rei quanto às mudanças em sua corte e exército. Deve-se destacar aqui que, em Opis, um dos principais motivos pelos quais o exército se desentendera com o rei foi a decisão de inserir militares iranianos em sua guarda pessoal⁵³, o que pode ser entendido como uma tradição importante entre os macedônios que foi quebrada por Alexandre, a contragosto dos oficiais mais tradicionalistas.

O que se pode extrair disso é que Alexandre não se limitou a reproduzir os costumes persas, nem tampouco a incorporar suas políticas de modo a ser reconhecido como sucessor do império Aquemênida. O que ele buscou fazer, mais provavelmente, foi desenvolver um novo sistema autocrático

⁵² BOSWORTH, *op. cit.*, 2001, pp. 219-220.

⁵³ Diod. 17.109.1-3; 111.1-2; Q.C. 10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71.1-9; Arr. *Anáb.* 7.8.1-12.7; Just. 12.11-12.12.7.

ou, parafraseando Spawforth, “construir um Estado”⁵⁴. Para isso, ele fez uso ao mesmo tempo de mecanismos de legitimação militar e também do estabelecimento de uma corte que abarcasse tanto os seus companheiros e amigos, quanto seus novos súditos. Esses últimos, embora estivessem subordinados aos primeiros, eram fundamentais para que Alexandre pudesse manter os domínios conquistados, evitando rebeliões e se fazendo reconhecer como soberano.

Ademais, o argumento de uma “sociedade de corte” de Alexandre permite demonstrar a importância das conexões, práticas e tradições nela inseridas para a manutenção e sedimentação das conquistas militares, bem como – no caso do convívio entre Alexandre e seus companheiros – para a conservação da lealdade dos exércitos. Esse argumento não desqualifica a ideia da legitimação do *basileus* pela via do triunfo militar; contudo, a construção de sua autocracia idealizada também a partir de um modelo sociológico de corte, o qual se tornou fundamental para a organização e controle do império macedônico é, sem dúvida, um aspecto a ser considerado.

É verdade que, quando essas estratégias vieram a falhar, e as recompensas e espólios oferecidos pelo rei não foram mais suficientes para aplacar as revoltas do exército, Alexandre recorreu frequentemente ao uso de seu poder autocrático, e até mesmo ao uso de militares persas, provavelmente com o intuito de pressionar os macedônios a acatarem suas decisões. Além do mais, é difícil determinar até onde as práticas em questão foram fruto de decisões baseadas em uma pragmática política de dominação, e até onde foram fruto da megalomania de Alexandre. Isso, porém, não exclui o fato de que ele buscou, durante seu reinado, não apenas construir um novo tipo de monarquia pessoal, mas também “ajustar” as tradições e instituições macedônicas às novas configurações do império. Essa tentativa pode não ter dado origem a uma unidade administrativa sólida, porém definitivamente abriu os caminhos que

⁵⁴ SPAWFORTH, *op. cit.*, p. 82.

instigaram os Diádocos em busca da construção de suas próprias monarquias pessoais.

A “sociedade de corte”, portanto, quando entendida como um modelo sociológico monárquico passível de flexibilização, e não necessariamente exclusivo das instituições modernas, como sugerem os autores aqui citados, permite compreender melhor a forma como Alexandre buscou não apenas fortalecer as estruturas autocráticas de seu governo, como também se estabelecer como soberano de um novo império. Além disso, as investigações feitas por Fredericksmeyer e Haake a respeito das mudanças na indumentária e no comportamento de Alexandre reforçam a ideia de que o mesmo visava construir uma estrutura monárquica diferente tanto das estruturas macedônicas, quanto das monarquias asiáticas; assim, Alexandre ao mesmo tempo rompeu e iniciou tradições, que por sua vez seriam reproduzidas durante a conhecida Era dos Sucessores.

Lista de Abreviaturas

Arr. <i>Anáb</i>	Arriano. Anábasis de Alexandre.
Arr. <i>Fr.</i>	Arriano. Fragmenta Historica.
Arr. <i>Ind.</i>	Arriano. Indica.
El.	Cláudio Eliano. Histórias Variadas
Diod.	Diodoro da Sicília. Biblioteca Histórica
Q.C.	Quinto Cúrcio. A História de Alexandre
Paus.	Pausanias. Descrição da Grécia
Plut. <i>Alex.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Alexander.
Plut. <i>Artax.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Artaxerxes.
Plut. <i>Dem.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Demétrio.
Plut. <i>Eum.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Eumenes.
Plut. <i>Foc.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Fócion.
Xen.	Xenofonte. Anabásis

Fontes

ARRIANO. **Anábise de Alexandre**. Tradução de P.A. Brunt. London: Heinemann, 1929.

ARRIANO. História dos Sucessores de Alexandre = FGrH 156. In: JACOBY, F. **Die Fragmente der griechischen Historiker**. Berlin-Leiden, 1923-1958.

DIODORO DA SICÍLIA. **Biblioteca Histórica**. Tradução de Russel M. Geer. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1947.

ELIANO. **Histórias Diversas**. Tradução de N. G. Wilson. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1997.

QUINTO CÚRCIO. **História de Alexandre**. Livros VI-X. Tradução de John C. Rolfe. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1946.

JUSTINO. **Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus**. Tradução de J.C. Yardley. Atlanta, GA: Scholars Press, 1994.

PAUSANIAS. **Descrição da Grécia, I** (Ática e Corinto). Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1918.

PLUTARCO. **Vidas paralelas IX** (Demétrio e Antônio. Pirro e Caio Mário. Alexandre e César). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

_____. **Vidas paralelas XI** (Aratus e Artaxerxes. Galba e Otho). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

_____. **Vidas paralelas VIII** (Sertorius e Eumenes. Fócion e Cato o Jovem). Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1919.

XENOFONTE. **Anábasis, III**. Tradução de Carleton L. Brownson. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.